



**Concurso Público para provimento de cargos de
Procurador do Município - Classe A**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Considere as seguintes afirmações a respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF):

- I. A ADPF é via adequada para se obter a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
- II. A ADPF é cabível para impugnar a constitucionalidade de ato normativo municipal.
- III. A ADPF é cabível para questionar ato normativo federal passível de impugnação também pela via da ação direta de inconstitucionalidade.
- IV. Prefeitos Municipais são legitimados para a propositura de ADPF, desde que presente o requisito da pertinência temática.

À luz do direito positivo vigente e da jurisprudência a respeito da matéria, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I.
- (E) II.

2. A ação direta de inconstitucionalidade

- (A) contra ato normativo municipal não pode ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, sequer em sede de recurso extraordinário.
- (B) não é cabível para impugnar atos normativos primários emanados do Poder Executivo, ainda que dotados de generalidade e abstração.
- (C) proposta por qualquer dos legitimados não admite desistência.
- (D) admite a intervenção de terceiros na modalidade de assistência simples.
- (E) sujeita-se a prazo decadencial, previsto na legislação ordinária.

3. A Constituição Federal permite o estabelecimento de restrições ao exercício de direitos fundamentais. Exemplo disso é a disposição constitucional que confere competência

- (A) ao Presidente da República para decretar o estado de defesa, podendo o Decreto estabelecer, entre outras medidas coercitivas, restrições relativas à inviolabilidade de domicílio, além daquelas já previstas na Constituição.
- (B) ao Presidente da República para decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, podendo o Decreto restringir, entre outros direitos, a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
- (C) à autoridade judicial para, em processo criminal, autorizar a autoridade policial a ingressar, em qualquer horário, no domicílio do condenado criminalmente, ainda que sem o seu consentimento.
- (D) à autoridade judicial para determinar a interceptação de comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução processual civil ou penal.
- (E) à autoridade administrativa para dissolver associação civil, mediante decisão proferida em processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório, desde que constatado que a associação se dedique a atividades de caráter paramilitar.

4. De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe a impetração de mandado de injunção

- (A) quando o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa constitucional esteja sendo inviabilizado em virtude de falta de norma reguladora da Constituição Federal, não sendo cabível, por falta de previsão constitucional, o mandado de injunção coletivo.
- (B) para pleitear interpretação de norma infraconstitucional que, a pretexto de regulamentar direito, liberdade ou prerrogativa constitucional, viola a Constituição Federal.
- (C) quando o exercício do direito previsto em norma infraconstitucional esteja sendo inviabilizado em virtude de falta de norma regulamentadora do Poder Executivo, sendo cabível o mandado de injunção individual e o coletivo.
- (D) para o exercício do direito de greve do servidor público federal, inviabilizado por falta de norma regulamentadora da Constituição Federal, podendo ser impetrado por associação de classe.
- (E) apenas para declarar a mora do Poder Legislativo, não podendo ser suprida a lacuna normativa que inviabiliza o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa constitucional.

5. Determina a Constituição Federal que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Conforme a disciplina constitucional da matéria e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) não se admite a preferência de qualquer credor sobre os demais, ainda que o débito tenha natureza alimentar.
- (B) durante o curso do prazo constitucional para que o precatório seja quitado, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.
- (C) o precatório pode ser expedido e pago com fundamento em decisão proferida liminarmente, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença definitiva de mérito.
- (D) é permitido o fracionamento, repartição ou quebra do valor do precatório para fins de enquadramento de parcela do crédito no regime de pagamento das obrigações de pequeno valor.
- (E) é vedada a compensação do crédito de precatório com os débitos do credor, ainda que líquidos e certos.

6. Considerando a disciplina constitucional sobre as competências dos Municípios e a jurisprudência sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) compete ao Município fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (B) compete ao Município legislar sobre o direito dos estudantes a pagarem o valor de meia passagem no uso do serviço público de transporte coletivo municipal e intermunicipal.
- (C) não compete aos Municípios a prestação dos serviços funerários, que poderão ser executados por empresa municipal por meio de concessão estadual.
- (D) não compete ao Município a exploração direta do serviço público de água e esgoto, que se insere no âmbito da competência dos Estados-membros.
- (E) não compete ao Município estabelecer regras de segurança e conforto aos usuários de agências bancárias, uma vez que a competência é privativa da União.



7. Considere as seguintes afirmações sobre súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal:
- I. Contra a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal aprovando enunciado de súmula vinculante cabe a interposição de recurso extraordinário por qualquer dos legitimados para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.
 - II. O enunciado de súmula vinculante pode ser impugnado por meio de ação direta de inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - III. Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.
 - IV. O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.
 - V. No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III, IV e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) I, III e IV.
-
8. A Constituição Federal estabelece regras a respeito da remuneração de Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores, como aquela segundo a qual
- (A) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município, salvo se a Constituição Estadual dispuser de outra forma.
 - (B) o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais, que poderão aumentá-lo para vigor na mesma legislatura.
 - (C) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (D) o subsídio dos Secretários Municipais será fixado por lei de iniciativa do Prefeito.
 - (E) o subsídio do Prefeito não pode ser superior ao subsídio do Governador do respectivo Estado.
-
9. De acordo com a disciplina constitucional a respeito do direito à educação,
- (A) em todas as etapas da educação básica, é garantido ao educando o atendimento por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 - (B) o ensino superior em nível de graduação poderá ser prestado em estabelecimento público oficial mediante pagamento, nas hipóteses autorizadas em lei.
 - (C) é garantido atendimento educacional aos portadores de deficiência, prestado preferencialmente em instituições especializadas.
 - (D) o ensino superior não pode ser prestado pelos Municípios, salvo disposição em contrário da Constituição do Estado-membro respectivo.
 - (E) o ensino médio apenas pode ser prestado pelos Estados-membros, salvo se a Constituição Estadual autorizar sua delegação aos Municípios.
-
10. A Constituição Federal estabelece que as guardas municipais
- (A) são órgãos estaduais, instituídos pelas Constituições dos Estados, destinados à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
 - (B) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer, em colaboração com a Polícia Militar, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
 - (C) são, juntamente com as polícias e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.
 - (D) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus bens e dos bens dos munícipes.
 - (E) poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus serviços, conforme dispuser a lei.
-
11. Considerando a disciplina da Constituição Federal a respeito da intervenção do Estado-membro em Município é correto afirmar que
- (A) a intervenção somente será decretada, em qualquer das hipóteses autorizadas da medida, mediante prévia determinação do órgão competente do Poder Judiciário.
 - (B) a intervenção pode ser decretada, entre outras hipóteses, quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - (C) a intervenção pode ser decretada, entre outras hipóteses, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, mediante prévia solicitação do Poder Executivo ou do Poder Legislativo local.
 - (D) o decreto interventivo, em qualquer das hipóteses autorizadas da medida, não produzirá efeitos sem prévia autorização da Assembleia Legislativa.
 - (E) o decreto de intervenção deverá nomear interventor, em qualquer das hipóteses autorizadas da medida, a fim de que sejam tomadas providências para sanar o descumprimento da obrigação constitucionalmente imposta ao Município.
-
12. A Constituição Federal faculta ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento,
- (A) mediante prévia manifestação do órgão estadual competente, a quem cabe opinar pela aplicação da penalidade mais apropriada ao proprietário infrator, dentre as sanções previstas na Constituição Federal.
 - (B) sob pena de aplicação de sanções ao proprietário, dentre as quais a Constituição Federal não admite a cobrança de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, já que esse tributo não tem finalidade extrafiscal.
 - (C) sob pena de, entre outras medidas, parcelamento compulsório do imóvel, estando vedada pela Constituição Federal a aplicação da sanção de edificação compulsória pela administração pública municipal, já que esta última somente poderá ser determinada por ordem judicial.
 - (D) sob pena de, entre outras medidas, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, nos termos previstos pela Constituição Federal.
 - (E) sob pena de, entre outras medidas, confisco do bem, mediante processo judicial em que sejam asseguradas ao proprietário a ampla defesa e o contraditório.



13. A fim de facilitar o exercício de direitos, a Constituição Federal garantiu a gratuidade
- (A) do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, independentemente da condição financeira do interessado.
 - (B) aos reconhecidamente pobres na forma da lei, do registro civil de nascimento, mas não da certidão de óbito.
 - (C) das ações de *habeas corpus* e *habeas data*, somente aos reconhecidamente pobres na forma da lei.
 - (D) do *habeas data*, somente aos reconhecidamente pobres na forma da lei, ao contrário do *habeas corpus*, cuja gratuidade foi garantida independentemente da condição financeira do impetrante.
 - (E) do *habeas corpus* e do *habeas data*, independentemente da condição financeira do impetrante.

14. Suponha que lei federal, editada em 2012, tenha incluído na condição de segurados obrigatórios do regime geral da seguridade social, os ocupantes de empregos públicos junto a Estados-membros e Municípios. Considerando as disposições da Constituição Federal, essa lei
- (A) é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar inteiramente sobre a matéria é dos Estados-membros e Municípios, cada qual a respeito de seus servidores.
 - (B) é inconstitucional, uma vez que os Estados-membros e os Municípios não podem ser obrigados a pagar contribuição previdenciária ao regime geral da previdência, em razão do princípio da imunidade recíproca.
 - (C) é inconstitucional uma vez que a esses empregados é assegurado o regime oficial de previdência social, instituído no âmbito dos Estados e dos Municípios.
 - (D) é constitucional apenas para os empregados públicos de Estados e de Municípios que não tenham optado por incluí-los no regime oficial de previdência do ente federativo respectivo.
 - (E) é constitucional, na medida em que a Constituição Federal determina que os empregados públicos sejam submetidos ao regime geral da previdência social.

15. Suponha que membro do Ministério Público Estadual tenha ajuizado perante o Poder Judiciário Estadual ação civil pública contra determinado Município, pleiteando sua condenação na obrigação de matricular, em estabelecimento de ensino público municipal, todas as crianças com idade para cursar o ensino infantil. Considerando as atribuições constitucionais do Ministério Público, é correto dizer que a pretensão
- (A) não poderia ser formulada judicialmente pelo Ministério Público, mas apenas pelas próprias crianças interessadas, representadas por seus genitores.
 - (B) não poderia ser formulada judicialmente pelo Ministério Público, ainda que pudesse ser formulada pela Defensoria Pública em benefício das crianças cujos pais não tivessem recursos para arcar com as despesas do processo.
 - (C) somente poderia ser formulada judicialmente pelo Ministério Público em favor das crianças cujos pais expressamente requisitassem a propositura da demanda.
 - (D) somente poderia ser formulada judicialmente pelo Ministério Público em prol de crianças indígenas, que residam em reservas indígenas regularmente reconhecidas.
 - (E) poderia ser formulada pelo Ministério Público, uma vez que lhe cabe a propositura de demanda judicial visando exigir o cumprimento de direitos assegurados na Constituição Federal a essas crianças.

Direito Administrativo

16. Em face das características de sua execução, não é passível de delegação para particulares, por meio da concessão comum, regulada pela Lei nº 8.987/95,
- (A) o serviço de conservação e limpeza dos logradouros públicos.
 - (B) o serviço funerário municipal.
 - (C) a gestão de terminais rodoviários.
 - (D) a operação de malhas ferroviárias.
 - (E) o fornecimento de gás canalizado.
17. NÃO é capaz, por si só, de promover a incorporação de bens ao patrimônio público municipal
- (A) o registro de projeto de loteamento aprovado pelo Município no Registro de Imóveis competente.
 - (B) a extinção do contrato de concessão de serviço público municipal, no qual haja a indicação de bens reversíveis.
 - (C) o decurso de cinco anos após a abertura da sucessão, em relação a bens de herança declarada vacante, situados no território municipal.
 - (D) a publicação de decreto de utilidade pública para fins de desapropriação efetuada pelo Município, em relação a bens situados em seu território.
 - (E) a tradição de bens móveis adquiridos pelo Município mediante regular procedimento licitatório.
18. A característica que diferencia o procedimento do pregão (Lei nº 10.520/02) de todos os demais procedimentos licitatórios previstos na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) é
- (A) o uso de lances para definição do vencedor do certame.
 - (B) a realização da fase de habilitação em momento posterior à fase de julgamento.
 - (C) a possibilidade de substituição da apresentação de documentos de habilitação pela comprovação de registro em cadastro de fornecedores mantido pela Administração.
 - (D) a condução do procedimento por autoridade designada pela Administração, ao invés de comissão de licitação.
 - (E) o uso do critério de menor preço para julgamento das propostas.
19. Os agentes da Superintendência de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMUB) – entidade autárquica municipal responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de transporte e trânsito do Município – autuaram Pedro, um proprietário de veículo, em razão de ter sido flagrado em um radar em excesso de velocidade. Posteriormente à notificação do suposto infrator, os agentes responsáveis pela autuação retiveram e procederam à remoção de um veículo semelhante ao de Pedro e que ostentava uma “placa clonada”. Pelas características do veículo, chegaram à conclusão de que se tratava do mesmo veículo flagrado no radar em excesso de velocidade. Diante da situação relatada, pode-se afirmar que o ato administrativo sancionatório sofrido por Pedro foi praticado com vício de
- (A) motivo.
 - (B) objeto.
 - (C) finalidade.
 - (D) sujeito.
 - (E) forma.



| | |
|--|--|
| <p>20. NÃO é medida juridicamente válida de controle da atividade administrativa pelos órgãos do Poder Legislativo</p> <p>(A) a sustação de contratos administrativos celebrados pelo Poder Executivo, em face de ilegalidades neles constatadas.</p> <p>(B) a convocação de autoridades diretamente subordinadas ao Chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assunto previamente determinado.</p> <p>(C) a aprovação prévia de contratos e convênios firmados pelo Poder Executivo, cujo valor ultrapasse patamar estabelecido em lei complementar.</p> <p>(D) a sustação de atos normativos do Poder Executivo, que forem produzidos <i>extra, ultra</i> ou <i>contra legem</i>.</p> <p>(E) o julgamento anual das contas do Chefe do Poder Executivo.</p> | <p>24. A União Federal pretende transferir a administração de hospital público de sua rede a uma pessoa jurídica não-estatal. Sabe-se que haverá o aproveitamento de servidores públicos que já trabalhavam no hospital e que tal pessoa jurídica não será obrigada a investir na infraestrutura do estabelecimento hospitalar, mas apenas gerenciá-lo administrativamente e prestar os serviços aos seus usuários. Nesse caso, o ajuste a ser celebrado será um</p> <p>(A) consórcio público.</p> <p>(B) contrato de concessão administrativa.</p> <p>(C) contrato de concessão patrocinada.</p> <p>(D) contrato de gestão.</p> <p>(E) termo de parceria.</p> |
| <p>21. É ato administrativo produzido pela Administração, no exercício do poder de polícia, porém destituído do atributo de autoexecutoriedade, a</p> <p>(A) remoção de um veículo estacionado irregularmente em via pública.</p> <p>(B) apreensão de alimentos deteriorados em restaurante.</p> <p>(C) demolição de casas construídas irregularmente em área de risco.</p> <p>(D) interdição de estabelecimento instalado sem licença de funcionamento.</p> <p>(E) aplicação de multa ao infrator de norma relativa à poluição sonora.</p> | <p>25. Sobre a anulação dos atos administrativos, a Lei nº 9.784/99 estatui que</p> <p>(A) qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato é capaz de interromper o prazo decadencial para proceder à anulação.</p> <p>(B) o ato anulatório desconstitui todos os efeitos do ato invalidado.</p> <p>(C) o prazo para proceder à anulação dos atos que produzam efeitos favoráveis aos destinatários é de 10 (dez) anos.</p> <p>(D) a convalidação somente é possível mediante solitação do destinatário do ato viciado.</p> <p>(E) no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo para anular o ato inválido renova-se a cada pagamento efetuado.</p> |
| <p>22. NÃO é medida de intervenção na atividade econômica, em seu sentido estrito,</p> <p>(A) a aprovação prévia de atos de incorporação ou fusão de empresas, pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).</p> <p>(B) a instalação de empresa estatal exploradora de atividade econômica em regime de competição com empresas privadas, em atividade considerada de relevante interesse coletivo.</p> <p>(C) a suspensão, pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), da comercialização de planos de telefonia fixa, em razão da má qualidade da prestação do serviço pela operadora.</p> <p>(D) a manutenção de estoques reguladores pelo Poder Público, com vistas a regular o preço e assegurar o abastecimento de produtos essenciais.</p> <p>(E) o racionamento no consumo de bens e serviços essenciais, em caso de calamidade pública.</p> | <p>26. No tocante ao regime das concessões comuns de serviços públicos, a Lei Federal nº 8.987/95</p> <p>(A) assegura, em igualdade de condições, preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.</p> <p>(B) admite a interrupção dos serviços a cargo da concessionária, apenas em caso de situação de emergência motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.</p> <p>(C) exige que, para concessão de um serviço tarifado, haja a existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.</p> <p>(D) impõe o reajuste da tarifa, sempre que houver alteração unilateral do contrato que onere o concessionário.</p> <p>(E) estabelece como critérios mutuamente excludentes para julgamento da licitação o menor valor da tarifa e a maior oferta pela outorga da concessão.</p> |
| <p>23. A Lei Orgânica do Município de João Pessoa, em relação aos servidores públicos municipais,</p> <p>(A) garante aos empregados em empresas públicas municipais exploradoras de atividade econômica a participação nos lucros dessas entidades.</p> <p>(B) estabelece que em caso de afastamento para o exercício do mandato eletivo, o tempo de afastamento será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.</p> <p>(C) exige que os servidores públicos, por ocasião de sua posse, façam declaração pública dos bens pertencentes ao seu patrimônio.</p> <p>(D) exige a publicação dos atos de provimento originário de cargos públicos municipais, dispensando-a em relação aos atos de provimento derivado.</p> <p>(E) reserva o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) para provimento dos cargos em comissão por servidores ocupantes de cargo efetivos.</p> | <p>27. As sociedades de economia mista são pessoas dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com derrogação parcial do regime privado por normas de direito público. É regra típica de direito público aplicável a essa entidade, mesmo quando desempenha atividade tipicamente econômica,</p> <p>(A) a imunidade tributária recíproca, em relação aos tributos de titularidade de outras esferas governamentais.</p> <p>(B) o pagamento de débitos por meio de precatório.</p> <p>(C) o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, nas ações em que é parte.</p> <p>(D) a responsabilidade objetiva, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição Federal.</p> <p>(E) a vedação da acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, ressalvadas as exceções admitidas na Constituição Federal.</p> |



28. Recentemente, um historiador que investiga a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial (1942-1945) solicitou ao Gabinete do Ministério da Defesa informações referentes ao material bélico adquirido pelo Brasil na ocasião do conflito. Como resposta, recebeu ofício assinado pelo Ministro da Defesa, recusando o acesso a tais informações, sob alegação de que se trata de tema sigiloso, em razão da preservação da segurança nacional. Inconformado diante de tal resposta, o historiador
- (A) nada poderá fazer, visto que o direito à informação não é absoluto, sendo que a Constituição determina a proteção das informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (B) poderá ajuizar *habeas data* perante o Superior Tribunal Militar, apontando como autoridade coatora o Ministro da Defesa.
- (C) poderá ajuizar mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça, apontando como autoridade coatora o Ministro da Defesa.
- (D) poderá ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, em face da União Federal, diante da violação direta de direito fundamental de acesso à informação.
- (E) poderá ajuizar mandado de injunção junto ao Supremo Tribunal Federal, por se tratar de direito fundamental dependente da edição de norma regulamentadora.
29. A Secretaria Municipal de Cultura pretende instalar, em terreno de propriedade municipal, um cinema ao ar livre, como instalação permanente dedicada a incentivar a cultura cinematográfica no Município. Como tela de projeção, será utilizada a parede lateral, sem janelas, de um edifício particular lindeiro ao terreno público. Analisando a questão, o Procurador responsável pela consultoria jurídica da Secretaria alerta sobre a possibilidade de que o proprietário privado queira dar outra utilização à fachada cega – por exemplo, locando-a para anúncios publicitários – sendo conveniente utilizar-se de instrumento jurídico que garanta o funcionamento permanente do cinema. Diante da situação, é recomendável que o Município se utilize do seguinte instituto:
- (A) requisição administrativa.
- (B) ocupação temporária.
- (C) permissão de uso.
- (D) servidão administrativa.
- (E) desapropriação.
30. Em fevereiro de 1994, o superintendente de uma autarquia municipal desviou recursos públicos que seriam utilizados em uma obra. Em 15 de dezembro de 1995, tal Superintendente foi exonerado. Em 1º de março de 2001, a Procuradoria Municipal ajuizou ação de improbidade administrativa em relação ao referido ex-superintendente. Diante de tal relato, conclui-se que as sanções previstas na Lei de Improbidade
- (A) poderão ser aplicadas, em vista da imprescritibilidade dos atos que causem dano ao erário.
- (B) não poderão ser aplicadas, pois já transcorreu o prazo prescricional.
- (C) não poderão ser aplicadas, pois se trata de agente político, não sujeito à Lei de Improbidade.
- (D) não poderão ser aplicadas, pois, à época em que foram praticados, tais atos não eram qualificados como ímprobos, para esse fim.
- (E) não poderão ser aplicadas, pois a configuração de crime próprio de funcionário público (peculato) afasta as sanções de improbidade, por vedação ao *bis in idem*.

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

31. As Convenções e Acordos Coletivos são fontes
- (A) heterônomas, classificadas quanto a sua origem como fontes extraestatais e profissionais.
- (B) autônomas, classificadas quanto a sua origem como fontes estatais.
- (C) autônomas, classificadas quanto a sua origem como fontes extraestatais e profissionais.
- (D) heterônomas, classificadas quanto à vontade das pessoas como fontes imperativas.
- (E) autônomas, classificadas quanto à vontade das pessoas como fontes imperativas.
32. Mariana e Tavares, noivos, marcaram casamento para o primeiro domingo do mês de dezembro de 2012. Mariana é advogada autônoma e Tavares é empregado da empresa "C". Considerando que a empregadora de Tavares não irá conceder suas férias no mês de dezembro, a viagem de lua de mel dos noivos terá que ser curta, já que a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que, com o casamento, Tavares, poderá faltar, sem prejuízo de seu salário,
- (A) por até seis dias consecutivos, suspendendo-se o contrato de trabalho.
- (B) por até dois dias consecutivos, suspendendo-se o contrato de trabalho.
- (C) por até cinco dias consecutivos, interrompendo-se o contrato de trabalho.
- (D) por até três dias consecutivos, interrompendo-se o contrato de trabalho.
- (E) somente no dia posterior ao matrimônio, hipótese de suspensão de seu contrato de trabalho.
33. Considere que a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da
- I. Empresa "X" é composta por Mariana (eleita pelos empregados) e Gabriela (indicada pela empresa), e seus respectivos suplentes.
- II. Empresa "Y" é composta por Dorotéia, Carmen, Fábio e Gustavo (eleitos pelos empregados) e Júlia e Camilo (indicados pela empresa), e seus respectivos suplentes.
- III. Empresa "W" é composta por Simone, Dado, Hortência, Bruna e Fernanda (eleitos pelos empregados) e Vera, Marta, Dinei, Romualdo e Ronaldo (indicados pela empresa), e seus respectivos suplentes.
- IV. Empresa "Z" é composta por Norma, Noêmia e Dino (eleitos pelos empregados) e Rubinéia, Clotilde e Durval (indicados pela empresa), e seus respectivos suplentes.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, apresentam composição legal, respeitando as normas previstas no referido ordenamento jurídico, as Comissões indicadas APENAS em
- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.



| | |
|--|---|
| <p>34. No tocante ao Aviso Prévio é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o empregador poderá substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no competente aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes, desde que as pague acrescidas de no mínimo 50%.</p> <p>(B) o aviso prévio é devido na sua integralidade na hipótese de despedida indireta, e na proporção de 50% quando reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho.</p> <p>(C) a gratificação semestral não repercute no cálculo do aviso prévio, ainda que indenizado.</p> <p>(D) o reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, inclusive quando o aviso prévio for indenizado.</p> <p>(E) a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.</p> | <p>37. No ato de interposição do Agravo de Instrumento o depósito recursal</p> <p>(A) corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.</p> <p>(B) não é devido por ausência de previsão específica na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(C) não é devido por ausência de previsão constitucional e legal, bastando o pagamento das custas processuais na sua integralidade.</p> <p>(D) corresponderá à totalidade do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.</p> <p>(E) corresponderá a 70% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.</p> |
| <p>35. No tocante às Convenções Coletivas do Trabalho, considere:</p> <p>I. As Convenções Coletivas do Trabalho, em âmbito constitucional, foram reconhecidas pela primeira vez no Brasil pela Constituição Federal de 1934.</p> <p>II. Poderá constar no conteúdo das Convenções Coletivas do Trabalho, de forma facultativa, disposições sobre o processo de prorrogação e de revisão de seus preceitos.</p> <p>III. É inválida, naquilo que ultrapassar o prazo total de dois anos, a cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.</p> <p>IV. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção Coletiva do Trabalho ficará subordinado à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p> | <p>38. Magda ajuizou reclamação trabalhista em face da Fundação Pública "Felicidade" dando à causa o valor de R\$ 20.000,00. Durante a instrução processual, Magda pretende ouvir o depoimento testemunhal de Clara, Sônia, Maria e Tícia. Neste caso, Magda poderá ouvir o depoimento de</p> <p>(A) apenas duas das testemunhas, em razão do rito sumaríssimo que se processa a demanda e desde que previamente intimadas.</p> <p>(B) apenas três testemunhas, desde que previamente arroladas.</p> <p>(C) apenas três testemunhas, independentemente de prévia intimação.</p> <p>(D) todas as testemunhas, independentemente de prévia intimação.</p> <p>(E) apenas duas das testemunhas, em razão do rito sumaríssimo que se processa a demanda, independentemente de prévia intimação.</p> |
| <p>36. Com relação à Execução no Direito Processual do Trabalho, considere:</p> <p>I. Aplica-se à execução trabalhista o Princípio do Título.</p> <p>II. A Consolidação das Leis de Trabalho prevê que o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor.</p> <p>III. Concluída a avaliação, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de cinco dias.</p> <p>IV. Não se aplica à execução trabalhista o Princípio da Redução da Patrimonialidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p> | <p>39. No tocante a Ação Rescisória, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A Ação Rescisória com fundamento para invalidar confissão em que se baseou a sentença, refere-se, em regra, à confissão ficta resultante de revelia.</p> <p>II. Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.</p> <p>III. O litisconsórcio, na Ação Rescisória, é facultativo em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações, não admitindo solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.</p> <p>IV. O sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na Ação Rescisória.</p> <p>De acordo com o entendimento Sumulado do TST, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I e IV.</p> |



40. Com relação ao Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho é correto afirmar:

- (A) O Ministério Público do Trabalho não será ouvido nas ações de Mandado de Segurança no âmbito da Justiça do Trabalho, sendo facultativa a sua intimação a critério da parte impetrante.
- (B) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.
- (C) Cabe Mandado de Segurança contra lei em tese que não possuir efeitos concretos, inclusive no âmbito da Justiça do Trabalho.
- (D) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.
- (E) Não cabe para impugnar despacho que acolheu ou indeferiu liminar em outro Mandado de Segurança.

Direito Financeiro

41. A Constituição Federal fixa a competência legislativa em matéria de finanças públicas, determinando que será disposto especificamente por lei complementar

- (A) o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias.
- (B) as normas gerais sobre finanças públicas.
- (C) a lei orçamentária anual.
- (D) a abertura de crédito suplementar.
- (E) a abertura de crédito extraordinário.

42. Sobre o calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, analise os itens a seguir:

- I. O projeto do plano plurianual será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do último exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo, para vigência a partir do primeiro dia do exercício financeiro do mandato do novo Chefe do Executivo e término no último dia do exercício financeiro do seu mandato.
- II. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, para vigência no exercício financeiro seguinte ao da sua aprovação.
- III. O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, para vigência no exercício financeiro seguinte ao da sua aprovação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) II e III.

43. Segundo Aliomar Baleeiro, "o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei" (**Uma introdução à ciência das finanças**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 521), é definição de

- (A) lei orçamentária anual.
- (B) lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) plano plurianual.
- (D) empenho.
- (E) crédito adicional.

44. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:

- (A) O crédito suplementar pode ter vigência superior ao exercício financeiro em que foi aberto, desde que haja expressa autorização legal.
- (B) Os créditos extraordinários somente podem ser abertos por lei.
- (C) A lei orçamentária anual pode trazer autorização para abertura de crédito suplementar, até certo limite, desde que obedecidas as exigências legais para tanto.
- (D) Quando existe dotação orçamentária insuficiente para cobrir uma despesa, deve ser aberto crédito especial por decreto executivo, dispensada a autorização legal, por já haver previsão da despesa na lei orçamentária.
- (E) A abertura de crédito suplementar somente terá lugar se houver superávit financeiro apurado em balanço patrimonial no exercício anterior, hipótese em que a lei orçamentária anual já fará a reserva deste superávit para créditos suplementares.

45. Em determinado exercício financeiro, a lei orçamentária anual fez reserva de quantia suficiente para cobrir despesa com material de limpeza dos órgãos da Administração Direta. No curso do exercício financeiro houve um aumento expressivo no valor do material de limpeza utilizado pela municipalidade, tornando-se a dotação orçamentária insuficiente. Neste caso, poderá ser

- (A) feita a repriorização de gastos, em razão de repriorizações das ações governamentais.
- (B) aberto crédito extraordinário, mediante decreto executivo, independente de lei autorizativa.
- (C) aberto crédito especial, mediante decreto executivo, amparado em prévia autorização legal.
- (D) feito remanejamento de recursos, de uma dotação para outra, em virtude de uma prévia reforma administrativa.
- (E) aberto crédito suplementar, mediante decreto executivo, amparado em prévia autorização legal.



46. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz regras para que seja realizada a renúncia de receita. Sobre a renúncia de receita, é correto afirmar que
- (A) a concessão de isenção de determinada taxa a todos os contribuintes de um determinado Município, pelo período de dois anos, não caracteriza renúncia de receita.
- (B) a remissão de crédito, ainda quando se trate de cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, caracteriza renúncia de receita, devendo atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) a redução discriminada de base de cálculo de tributo não caracteriza renúncia de receita, estando o ente dispensado de atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) para que a renúncia de receita se realize de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal basta que esteja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- (E) depende de prévia autorização na lei de diretrizes orçamentárias e do comprometimento do ente em não realizar operações de crédito por antecipação de receitas.
-
47. Sobre os estágios da despesa, é correto afirmar que
- (A) depois de empenhada a despesa, não cabe mais o seu cancelamento.
- (B) todo empenho é precedido de uma nota de empenho.
- (C) o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- (D) a liquidação é a ordem de pagamento exarada mediante despacho de autoridade competente.
- (E) quando se trata de crédito de pequeno valor, o pagamento é imediato, independente de empenho, bastando a ordem de pagamento.
-
48. Sobre o regime constitucional dos precatórios, é correto afirmar que
- (A) todos os débitos das Fazendas Públicas dos entes federados, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão por precatório, não havendo qualquer exceção quanto a esta regra.
- (B) os débitos de natureza alimentícia deverão ser pagos por precatório, mas não precisam ser apresentados até primeiro de julho para sua inclusão no orçamento do exercício seguinte, pois basta sua apresentação para pagamento imediato.
- (C) é possível o fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total como crédito de pequeno valor, cujo precatório dispensa apresentação até primeiro de julho para sua inclusão no orçamento do exercício seguinte.
- (D) o credor está autorizado constitucionalmente a adquirir imóveis públicos de qualquer ente federado com crédito na forma de precatório já apresentado até primeiro de junho para sua inclusão no orçamento do exercício seguinte, bastando que apresente o crédito quando da realização do pagamento.
- (E) o credor poderá ceder seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente de concordância do devedor, mas o cessionário, se maior de 60 anos, não gozará das prerrogativas de preferência para pagamento quando o crédito tiver natureza alimentícia, bem como não se beneficiará do pagamento na forma de crédito de pequeno valor.
-
49. No regime constitucional dos precatórios, terá cabimento o sequestro de dinheiro público
- (A) quando não é realizado o pagamento do precatório dentro do exercício financeiro para o qual foi previsto pela lei orçamentária anual.
- (B) em caso de preterimento do direito de precedência do credor.
- (C) quando o Presidente do Tribunal competente, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular dos precatórios.
- (D) em caso de insolvência do ente federado credor.
- (E) quando o crédito de pequeno valor não for pago em até sessenta dias de sua apresentação.
-
50. Sobre a operação de crédito por antecipação de receita, é correto afirmar que
- (A) está proibida a partir do último semestre do mandato do Prefeito Municipal.
- (B) deverá respeitar os limites das despesas de capital, quando não liquidada até o último dia do exercício em que foi contratada.
- (C) acarretará encargos contratuais, além dos juros da operação.
- (D) quando realizada pelo Município, será efetuada mediante abertura de crédito em instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
- (E) somente poderá ser realizada, caso exista operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, quando o ente oferecer garantia consistente em vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.
-
- Direito Tributário**
51. Um tributo que tenha por características ser não vinculado a uma atividade estatal, admita, por expressa e excepcional previsão constitucional, destinação específica do produto da arrecadação e não admita previsão de restituição ao final de determinado período classifica-se como
- (A) taxa.
- (B) contribuição de intervenção no domínio econômico.
- (C) imposto.
- (D) empréstimo compulsório.
- (E) contribuição social.
-
52. Sobre a responsabilidade dos sucessores, analise os itens abaixo.
- I. O arrematante de imóvel em hasta pública não é responsável pelos tributos incidentes sobre o bem cujos fatos geradores sejam anteriores à arrematação.
- II. O espólio não é responsável tributário pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à abertura da sucessão, assim como pelos tributos cujos fatos geradores tenham ocorrido durante o inventário.
- III. O adquirente de estabelecimento comercial é sempre responsável integralmente pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à aquisição, ainda que a mesma se dê judicialmente em processo de falência.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.



| | |
|--|---|
| <p>53. Sobre lei complementar em matéria tributária, é correto afirmar que</p> <p>(A) o fato gerador, a base de cálculo e os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS estão definidos no Código Tributário Nacional, recepcionado como lei complementar.</p> <p>(B) é a única fonte para instituir as contribuições de intervenção no domínio econômico, de competência federal e estadual.</p> <p>(C) o Imposto Residual, de competência da União, é instituído por lei complementar, tal qual o Imposto Extraordinário instituído em caso de guerra externa ou sua iminência.</p> <p>(D) é a fonte legislativa prevista na Constituição Federal para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, tal como definição de obrigação e crédito tributário.</p> <p>(E) é fonte instituidora de impostos e taxas não discriminados na Constituição Federal, desde que atrelados à competência residual da União.</p> | <p>56. Uma vez notificado o sujeito passivo da realização do lançamento tributário, este</p> <p>(A) constitui o crédito tributário em definitivo, não sendo mais possível sua revisão ou modificação administrativa.</p> <p>(B) só pode ser alterado na hipótese exclusiva de impugnação do sujeito passivo.</p> <p>(C) constitui a obrigação tributária em definitivo, somente sendo possível sua revisão ou modificação de ofício pela autoridade administrativa, em caso de erro evidente.</p> <p>(D) somente pode ser alterado nas hipóteses de impugnação do sujeito passivo, em decorrência de recurso de ofício ou em virtude de iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no Código Tributário Nacional.</p> <p>(E) não pode ser revisto ou modificado, mas admite sua anulação por decisão judicial ou por ato de ofício de autoridade administrativa competente.</p> |
| <p>54. Quando se afirma que “o conceito de obrigação principal é, portanto, mais amplo do que o de tributo propriamente dito” (DERZI, Misabel Abreu Machado. In: BALLEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 701), o trecho faz menção ao objeto de obrigação tributária principal e significa que obrigação principal</p> <p>(A) e obrigação acessória têm objetos coincidentes no que se refere ao tributo pois, enquanto a obrigação principal tem por objeto pagamento de tributo, a obrigação acessória tem por objeto deveres instrumentais.</p> <p>(B) tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade e, por si só, tributo não se confunde com penalidade, muito embora ambos integrem o objeto da obrigação principal.</p> <p>(C) e obrigação acessória têm objetos distintos, pois a primeira tem por objeto o tributo e a segunda a penalidade.</p> <p>(D) e obrigação acessória têm objetos distintos, pois a primeira tem por objeto a penalidade e a segunda o tributo.</p> <p>(E) pressupõe a obrigação acessória, pois enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo, a obrigação acessória tem por objeto o pagamento de penalidade.</p> | <p>57. Sobre as preferências do crédito tributário, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não se sujeita a habilitação em inventário ou arrolamento.</p> <p>(B) prefere a qualquer outro, exceto os créditos decorrentes de legislação do trabalho ou do acidente do trabalho.</p> <p>(C) são pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento ou a outros encargos do monte, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.</p> <p>(D) admite concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público credoras de créditos tributários apresentados no processo de inventário ou arrolamento.</p> <p>(E) a existência de débitos tributários relativos aos bens do espólio ou às suas rendas não impede sentença homologatória de partilha ou adjudicação.</p> |
| <p>55. Considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento</p> <p>(A) em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, tratando-se de situação jurídica.</p> <p>(B) do implemento da condição, tratando-se de negócio jurídico gravado com condição resolutiva.</p> <p>(C) da prática do ato ou celebração do negócio, tratando-se de negócio jurídico gravado com condição suspensiva.</p> <p>(D) em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável, tratando-se de situação de fato.</p> <p>(E) em que se verifique as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, tratando-se de situação de fato.</p> | <p>58. Possuindo crédito tributário não pago e já inscrito em dívida ativa, um contribuinte necessita de certidão de regularidade fiscal. Neste caso, mesmo sem pagamento do débito é possível uma certidão positiva, mas com efeitos de negativa nas hipóteses de estar o crédito</p> <p>(A) em curso cobrança executiva com efetiva penhora; com a exigibilidade suspensa.</p> <p>(B) não vencido; em curso de cobrança executiva devidamente embargada pelo executado.</p> <p>(C) sendo questionado em sede de mandado de segurança; não vencido.</p> <p>(D) sendo questionado em sede de impugnação administrativa; em curso ação judicial para repetição do indébito.</p> <p>(E) em curso ação judicial para declaração de inexistência da obrigação tributária; não vencido.</p> |



59. Sobre os tributos municipais é correto afirmar que
- (A) a base de cálculo da contribuição de melhoria por obra pública Municipal é o valor venal do imóvel adjacente à obra.
- (B) a taxa de coleta de lixo domiciliar admite que sua base de cálculo corresponda à quantidade de moradores do imóvel atendido pelo serviço.
- (C) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato *inter vivos* a título oneroso – ITBI têm como base de cálculo o valor venal do bem.
- (D) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, apesar de ser da competência municipal, é instituído por lei complementar.
- (E) os serviços de limpeza de vias e logradouros públicos e de segurança pública podem ser remunerados por taxa.

60. Sobre as causas de extinção do crédito tributário, é correto afirmar que
- (A) a isenção pode ser concedida em caráter geral ou em caráter específico, a par de determinadas condições do contribuinte.
- (B) havendo previsão em lei autorizativa, a remissão pode ser concedida por despacho fundamentado de autoridade administrativa, em razão da situação econômica do sujeito passivo.
- (C) a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, extinguindo-se para o Fisco o direito ao crédito.
- (D) a anistia pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente, dependendo de preenchimento de requisitos legais e de despacho de autoridade administrativa competente.
- (E) quando existe parcelamento do crédito tributário, o pagamento da última parcela gera presunção relativa de que as prestações anteriores estão pagas.

Direito Civil

61. Na cidade “A”, duas lavanderias estão disputando o mercado de consumo. A Lavanderia “Y” pendurou em sua fachada uma faixa com os seguintes dizeres: “*Lave suas roupas vermelhas aqui que você terá muita sorte no amor! A Mãe Cigana lhe garante!*”. A Lavanderia “X” pendurou em sua fachada uma faixa com os seguintes dizeres: “*Roupa limpa e sequinha em apenas dois minutos somente aqui na Lavanderia do Zé ligeiro*”. Nestes casos, há publicidade
- (A) abusiva nas faixas das duas lavanderias.
- (B) abusiva na faixa da lavanderia “X”, apenas.
- (C) abusiva na faixa da lavanderia “Y”, apenas.
- (D) enganosa na faixa da lavanderia “Y”, apenas.
- (E) legal permitida pelo Código de Defesa do Consumidor em ambas as faixas.

62. Ricardo faleceu em um acidente de carro na Rodovia X. Considerando que Ricardo era casado em regime de comunhão parcial de bens com Francisca, bem como que o casal não possuía filhos e que a avó materna de Ricardo, Dolores, está viva, assim como Jacila, bisavó materna de Ricardo, na sucessão legítima de seus bens serão herdeiros APENAS

- (A) Francisca e Dolores.
 (B) Francisca.
 (C) Dolores.
 (D) Dolores e Jacila.
 (E) Francisca e Jacila.

63. Com relação à hipoteca, considere:
- I. A acessorialidade, a indivisibilidade, a publicidade e a especialidade são, em regra, características da hipoteca.
- II. Em regra, o imóvel sujeito ao domínio resolúvel pode ser hipotecado.
- III. Podem ser objeto de hipoteca, dentre outros, as estradas de ferro, os navios, as aeronaves e o direito de uso especial para fins de moradia.
- IV. O direito real de uso e a propriedade superficiária não podem ser objeto de hipoteca.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 (B) II, III e IV.
 (C) III e IV.
 (D) I, II e III.
 (E) I e IV.

64. Nívea é proprietária de uma casa localizada no Município de João Pessoa. Sua mãe, Genilda, é usufrutuária dessa casa e, em decorrência deste usufruto, aluga o referido imóvel para Clara. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, os frutos civis vencidos na data inicial do usufruto, pertencem
- (A) a Genilda em sua totalidade.
- (B) a Nívea em sua totalidade.
- (C) a Clara em sua totalidade.
- (D) na proporção de 50% para Nívea e 50% para Genilda.
- (E) na proporção de 50% para Clara e 50% para Genilda.

65. O Código Civil brasileiro considera fiduciária a
- (A) propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.
- (B) propriedade resolúvel de coisa imóvel que o devedor transfere ao credor visando fornecer espécie de garantia real.
- (C) propriedade resolúvel de coisa móvel fungível que o devedor, sem escopo de garantia, transfere ao credor.
- (D) posse precária de coisa imóvel que o devedor transfere ao credor visando fornecer espécie de garantia real.
- (E) posse precária de coisa móvel fungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.



66. Os moradores do Condomínio de apartamentos "Pássaros Raros" localizado no Município de João Pessoa, pretendem construir no interior do Condomínio uma fonte de água, de grande porte e adequada iluminação visando o embelezamento do *hall* social. Segundo o Código Civil brasileiro, a realização desta obra
- (A) pode ser realizada independentemente de autorização dos condôminos.
 - (B) depende de voto de um terço dos condôminos.
 - (C) depende de voto da totalidade dos condôminos.
 - (D) depende de voto de dois terços dos condôminos.
 - (E) só dependerá de voto dos condôminos se alterar a fachada do condomínio.

67. Com relação às Sociedades em Nome Coletivo e Comandita Simples, considere:

- I. Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- II. Na Sociedade em Nome Coletivo o credor particular de sócio não pode, antes de dissolver-se a sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor quando a sociedade houver sido prorrogada tacitamente.
- III. Na Sociedade em Comandita Simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- IV. A Sociedade em Comandita Simples dissolve-se de pleno direito quando por mais de cento e oitenta dias perdurar a falta de uma das categorias de sócio.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

68. No contrato "A" o credor, sem o consentimento do fiador, concedeu moratória ao devedor; no contrato "B", por fato do credor, é impossível a sub-rogação nos direitos e preferências do fiador. Nestes casos, o fiador

- (A) dos contratos "A" e "B" ficará desobrigado, ainda que solidário.
- (B) dos contratos "A" e "B" ficará desobrigado, exceto se solidário.
- (C) apenas do contrato "A" ficará desobrigado, ainda que solidário.
- (D) apenas do contrato "B" ficará desobrigado, exceto se solidário.
- (E) apenas do contrato "B" ficará desobrigado, ainda que solidário.

69. Marta ajustou com Aurélio, corretor de imóveis, a corretagem com exclusividade, na venda de uma casa localizada no Município de João Pessoa. Posteriormente, Marta conheceu, na fila de uma agência bancária, Roberta, que se interessou em comprar a referida casa. Assim, foi iniciado e concluído o negócio diretamente entre Marta e Roberta. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, Aurélio

- (A) terá direito à 50% da remuneração relativa a corretagem ajustada na exclusividade.
- (B) não terá direito a qualquer remuneração ou indenização.
- (C) terá direito à remuneração integral relativa a corretagem ajustada na exclusividade.
- (D) terá direito à 30% da remuneração relativa a corretagem ajustada na exclusividade.
- (E) terá direito apenas ao ressarcimento de despesas devidamente comprovadas até o limite da corretagem ajustada na exclusividade.

70. Segundo as normas preconizadas pelo Código Civil brasileiro em matéria de Decadência, considere:

- I. Não corre a decadência contra os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, na forma do artigo 3º do Código Civil brasileiro.
- II. Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem a prescrição.
- III. Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que suspendem a prescrição.
- IV. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

Direito Penal

71. Uma lei definiu como crime um fato e estabeleceu no preceito sancionador a pena de no mínimo dois anos de reclusão. Essa lei

- (A) infringiu o princípio do juiz natural.
- (B) infringiu o princípio da legalidade.
- (C) infringiu o princípio da presunção de inocência.
- (D) infringiu o princípio da culpabilidade.
- (E) não infringiu nenhum princípio do Direito Penal.

72. Considere as seguintes penas:

- I. Reclusão.
- II. Detenção.
- III. Prisão Simples.
- IV. Multa.

Para os ilícitos contravençionais estão previstas em lei SOMENTE as penas indicadas em

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.



| | |
|--|--|
| <p>73. Para a caracterização do peculato doloso</p> <p>(A) o objeto do crime deve ser bem móvel.</p> <p>(B) é necessária prévia tomada ou prestação de contas.</p> <p>(C) não pode o agente ter ressarcido o dano antes da denúncia.</p> <p>(D) é indispensável a apuração do fato em processo administrativo.</p> <p>(E) o objeto do crime não pode ser bem particular.</p> | <p>77. De acordo com a Lei nº 9.605/98, NÃO se inclui dentre as causas de aumento de pena nos crimes praticados contra a flora ter sido o crime cometido</p> <p>(A) no período de formação de vegetações.</p> <p>(B) no período de queda das sementes.</p> <p>(C) na época de seca.</p> <p>(D) na época de inundação.</p> <p>(E) durante o dia, do nascer ao pôr do sol.</p> |
| <p>74. Candidatos à motorista entregaram ao proprietário da autoescola quantia em dinheiro para ser repassada aos examinadores, objetivando obter aprovação em prova prática. Tais candidatos</p> <p>(A) não responderão por nenhum delito, pois o proprietário da autoescola não é funcionário público.</p> <p>(B) responderão por crime de exploração de prestígio.</p> <p>(C) responderão por crime de corrupção passiva.</p> <p>(D) responderão por crime de concussão.</p> <p>(E) responderão por crime de corrupção ativa.</p> | <p>78. No que concerne aos crimes contra a probidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8.429/92, considere:</p> <p>I. A suspensão dos direitos políticos se aplica de imediato com a publicação da sentença condenatória.</p> <p>II. A perda da função pública só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>III. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.</p> <p>IV. A representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário inocentes constitui crime quando o autor da denúncia tiver agido com dolo ou culpa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, III e IV.</p> |
| <p>75. No que concerne aos crimes praticados por particular contra a Administração em geral e contra a Administração da Justiça, é correto afirmar que quem</p> <p>(A) exporta mercadoria proibida não comete crime de contrabando.</p> <p>(B) comete crime de resistência na modalidade culposa está sujeito apenas a sanção pecuniária.</p> <p>(C) ilude o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria comete crime de descaminho.</p> <p>(D) dá causa a investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente comete o delito de comunicação falsa de crime.</p> <p>(E) acusar-se, perante a autoridade, de crime praticado por outrem não comete infração penal.</p> | <p>79. O crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90 ("elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato"),</p> <p>(A) é punido a título de culpa.</p> <p>(B) caracteriza-se independentemente da intenção de suprimir tributo.</p> <p>(C) caracteriza-se independentemente de remuneração a quem fornece o documento falso ou inexato.</p> <p>(D) caracteriza-se independentemente da intenção de reduzir tributo.</p> <p>(E) não pode ser praticado por quem não é contribuinte.</p> |
| <p>76. Quem cometer crime de abuso de autoridade estará sujeito a sanção administrativa, civil e penal. Constitui sanção penal prevista pela Lei nº 6.898/65, dentre outras,</p> <p>(A) a perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de até três anos.</p> <p>(B) a suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.</p> <p>(C) a destituição de função.</p> <p>(D) a demissão a bem do serviço público.</p> <p>(E) o pagamento de indenização.</p> | <p>80. O crime de favorecimento pessoal</p> <p>(A) só se configura se o agente auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.</p> <p>(B) tipifica-se quando o agente prestar auxílio para iludir as investigações do delito.</p> <p>(C) pode ser cometido por omissão, como quando o agente não comunica à autoridade o paradeiro do favorecido.</p> <p>(D) não se caracteriza quando alguém dificultar a investigação da autoridade ou de seus agentes.</p> <p>(E) não se caracteriza quando o agente auxiliar o criminoso a fugir após a perpetração do delito.</p> |

**Direito Processual Civil**

81. Sobre o procedimento de edição de enunciado de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) O Município não é, em nenhuma hipótese, parte legítima para propor a edição de enunciado de súmula vinculante ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) Contra ato administrativo da administração pública que contrariar enunciado de súmula vinculante, o uso da reclamação ao Supremo Tribunal Federal será admitido, independentemente do esgotamento das vias administrativas.
- (C) A proposta de edição de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
- (D) A edição de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerá de decisão tomada pela unanimidade dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.
- (E) O Procurador-Geral da República não se manifestará durante o procedimento de edição de enunciado de súmula vinculante nas propostas que não houver formulado.

82. Thaisa, brasileira nascida em João Pessoa, foi casada com Paul, americano, durante 9 anos e desta união nasceu Billy, com quatro anos de idade. Thaisa e Paul resolvem romper o relacionamento e o divórcio é decretado pela Justiça dos Estados Unidos da América. Após o rompimento da relação conjugal, Thaisa volta ao Brasil e inicia um novo relacionamento amoroso com José e pretende se casar com ele nesse ano de 2012. Neste caso, Thaisa deverá requerer a homologação da sentença estrangeira, cuja atribuição é do

- (A) Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, havendo contestação da outra parte interessada, o processo será distribuído para julgamento da Terceira ou Quarta Turma do STJ, que compõe a 2ª Seção, especializada em Direito Privado.
- (B) Presidente do Supremo Tribunal Federal e, havendo contestação da outra parte interessada, o processo será submetido a julgamento da Corte Especial do STF e distribuído a um dos Ministros que a compõem.
- (C) Pleno do Superior Tribunal de Justiça em qualquer hipótese, havendo ou não contestação.
- (D) Pleno do Supremo Tribunal Federal em qualquer hipótese, havendo ou não contestação.
- (E) Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, havendo contestação da outra parte interessada, o processo será distribuído para julgamento pela Corte Especial do STJ e distribuído a um dos Ministros que a compõem.

83. Paulo, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa, ajuizou *habeas data* visando a retificação de seus dados pessoais perante a Prefeitura Municipal. No tocante ao *habeas data*, considere:

- I. A petição inicial do *habeas data* será apresentada em duas vias e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda.
- II. Ajuizada ação de *habeas data* e indeferida a peça inicial caberá recurso de agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça da Paraíba.
- III. São gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificção, bem como a ação de *habeas data*.
- IV. Quando a sentença conceder o *habeas data*, o recurso terá efeito meramente devolutivo.

De acordo com a Lei nº 9.507/97, que dispõe sobre o *habeas data*, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

84. Mauro ajuizou ação de indenização contra Pedro. O processo tramitou em uma Vara Cível da Comarca de João Pessoa e o Magistrado designou audiência de instrução e julgamento, que ocorreu normalmente, a despeito da ausência de Pedro, que não foi intimado regularmente para o ato processual. Produzida a prova em audiência e encerrada a instrução, mesmo após constatar a existência de ato processual nulo, o Magistrado que preside o feito,

- (A) deverá declarar a nulidade do ato de intimação de ofício, independentemente se for julgar o mérito da lide em favor uma ou outra parte.
- (B) não declarará a nulidade do ato de intimação ou mandará repeti-lo se puder decidir o mérito a favor de Pedro, que aproveitaria a declaração da nulidade.
- (C) deverá declarar a nulidade do ato de intimação se houver requerimento expresso de Pedro no prazo máximo de cinco dias após a realização do ato irregular, ainda se for decidir o mérito em favor de Pedro.
- (D) deverá declarar a nulidade do ato de intimação se houver requerimento expresso de Pedro no prazo de quinze dias após a realização do ato irregular, independentemente se for julgar o mérito da lide em favor de uma ou outra parte.
- (E) não declarará a nulidade do ato de intimação, ou mandará repeti-lo apenas no caso de Pedro comparecer espontaneamente no processo no prazo de até 5 dias contado da data da audiência, aceitando os atos já realizados.



85. Misael pretende ajuizar, através de seu advogado, uma ação de cobrança por inadimplemento de contrato de prestação de serviços entre pessoas físicas, sem estipulação de foro de eleição, contra João e Olavo. Misael reside na cidade de João Pessoa, João em Santa Rita e Olavo em Santana dos Garrotes. Neste caso Misael

- (A) deverá ajuizar a demanda no foro do seu domicílio (João Pessoa), uma vez que os réus possuem endereços diversos.
- (B) deverá ajuizar a demanda em Santa Rita, que é comarca de terceira entrância, ao invés de Santana dos Garrotes que é comarca de primeira instância.
- (C) poderá optar entre ajuizar a demanda em Santa Rita ou em Santana dos Garrotes.
- (D) deverá necessariamente ajuizar a demanda no foro do seu domicílio ou em uma das duas comarcas onde residem os demandados.
- (E) não poderá demandar contra os dois réus e deverá ajuizar duas demandas distintas, uma em cada comarca onde residem os demandados.

86. Considere as seguintes assertivas sobre a intervenção de terceiros, de acordo com o Código de Processo Civil:

- I. Na denúncia da lide, feita a denúncia pelo réu, se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, poderá o denunciante prosseguir na defesa.
- II. Na ação em que o fiador for réu é admissível o chamamento ao processo do devedor e, neste caso, para que o juiz declare, na mesma sentença, as responsabilidades dos obrigados, o réu requererá, até o julgamento da lide em primeiro grau, a citação do chamado.
- III. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos e, se oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e suspenderá o julgamento da ação principal até o seu julgamento definitivo.
- IV. No caso de nomeação à autoria, o réu requererá a nomeação no prazo para a defesa, ensejando a suspensão do processo por decisão do juiz, que determinará a oitiva do autor no prazo de cinco dias. Aceitando o nomeado, ao autor incumbirá promover-lhe a citação; recusando-o, ficará sem efeito a nomeação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

87. Manoela ajuizou ação de indenização decorrente de acidente de trânsito que resultou a morte de seu esposo Mauro, contra Astolfo, condutor de um dos veículos envolvidos. A ação foi ajuizada em uma das Varas Cíveis da Comarca de João Pessoa e tramita, por ordem do Magistrado, pelo rito ordinário. Astolfo é citado para contestar a demanda e, na contestação, apresenta requerimento de inquirição de uma testemunha presencial de nome Jones, que atualmente reside na cidade de Miami, nos Estados Unidos da América, apontando esta prova como imprescindível, pois seria a única testemunha presencial, cujo nome constou no Boletim de Ocorrência da Polícia Militar e que poderia apresentar a dinâmica do acidente e afastar a sua responsabilidade civil. Saneado o processo e designada audiência de instrução para inquirição das testemunhas arroladas pelas partes, que residem em João Pessoa, o Juiz defere a expedição de carta rogatória para inquirição de Jones, cujo depoimento mostra-se imprescindível. Após a inquirição das testemunhas residentes em João Pessoa, o Magistrado

- (A) suspenderá o processo pelo prazo máximo de dois anos para retorno da carta rogatória e, após o decurso deste prazo, com ou sem a carta precatória, proferirá sentença de mérito.
- (B) suspenderá o processo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias para retorno da carta precatória e, após o decurso deste prazo, com ou sem a carta precatória, proferirá sentença de mérito.
- (C) suspenderá o processo pelo prazo máximo de doze meses para retorno da carta precatória e, após o decurso deste prazo, com ou sem a carta precatória, proferirá sentença de mérito.
- (D) não suspenderá o processo e proferirá desde logo sentença de mérito e, após o retorno da carta rogatória determinará sua juntada aos autos da ação indenizatória, independentemente da fase em que esta se encontrar.
- (E) suspenderá o processo até o retorno da carta rogatória, por se tratar de prova imprescindível ao julgamento da lide e ter sido requerida antes do despacho saneador.

88. No que se refere à ação de nunciação de obra nova, analise as seguintes assertivas:

- I. O nunciado poderá, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, requerer o prosseguimento da obra, desde que preste caução e demonstre prejuízo resultante da suspensão dela, caução esta que será prestada no juízo de origem, ainda se a causa se encontrar no tribunal em grau de recurso.
- II. É lícito ao prejudicado, no caso de urgência, fazer o embargo extrajudicial, notificando verbalmente, perante duas testemunhas, o proprietário ou, em sua falta, o construtor, para não continuar a obra e, no prazo de cinco dias, requererá o nunciante a ratificação em juízo, sob pena de cessar o efeito do embargo.
- III. Deferido o embargo, o oficial de justiça, encarregado de seu cumprimento, lavrará auto circunstanciado, descrevendo o estado em que se encontra a obra; e, ato contínuo, intimará o construtor e os operários a que não continuem a obra sob pena de desobediência e citará o proprietário a contestar em 15 dias a ação.
- IV. Se a ação de nunciação de obra nova for ajuizada contra pessoa casada é necessária a citação de ambos os cônjuges, por expressa previsão legal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.



89. Uma empresa de cartão de crédito foi condenada em uma ação de indenização movida por uma Confederação Brasileira de um determinado esporte, pelo uso indevido da logomarca da Confederação em determinada campanha promocional, não sendo possível aferir o prejuízo sofrido pela vencedora durante a regular instrução. Neste caso, a Confederação vencedora deverá promover a liquidação por
- (A) cálculo, necessariamente após o trânsito em julgado da sentença monocrática que julgou procedente a ação indenizatória.
 - (B) artigos, necessariamente após o trânsito em julgado da sentença monocrática que julgou procedente a ação indenizatória.
 - (C) arbitramento, necessariamente após o trânsito em julgado da sentença monocrática que julgou procedente a ação indenizatória.
 - (D) arbitramento, que poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
 - (E) artigos, que poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
90. Determinado banco ajuizou ação de execução de título extrajudicial contra Michel, devedor principal, e Priscila, sua esposa, na condição de avalista, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 53.000,00, decorrente de contrato de empréstimo celebrado no ano de 2010 e inadimplido pelos executados. Michel e Priscila discordam do montante exigido pela instituição financeira e pretendem se defender por meio dos embargos do devedor ou realizar o pagamento do valor postulado pelo banco de forma parcelada. Neste caso,
- (A) opostos os embargos pelos executados, o exequente poderá apresentar manifestação em até dez dias e, a seguir, o juiz julgará imediatamente o pedido ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento, proferindo sentença no prazo de dez dias.
 - (B) como há mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada dos respectivos mandados citatórios.
 - (C) os embargos deverão ser apresentados no prazo de quinze dias a partir da intimação da penhora realizada nos autos principais.
 - (D) se os embargos forem manifestamente protelatórios, o juiz imporá, em favor do exequente, multa aos embargantes em valor não superior a 30% (trinta por cento) do valor em execução.
 - (E) no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderão os executados requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- Direito Urbanístico e Ambiental**
91. NÃO é consequência da inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR:
- (A) a dispensa da averbação da reserva legal no registro de imóveis.
 - (B) a possibilidade de obtenção de autorização para supressão de vegetação nativa.
 - (C) a permissão de cômputo das áreas de preservação permanente no percentual de reserva legal.
 - (D) o reconhecimento da titularidade da propriedade do imóvel.
 - (E) a prestação de informações de caráter ambiental das propriedades e posses rurais.
92. Determinado imóvel rural possui área de reserva legal, constituída nos estritos termos da lei aplicável. Posteriormente, lei municipal expande o perímetro urbano do Município, de modo a abranger o imóvel em questão. A área de reserva legal ali constituída
- (A) permanecerá inalterada em caráter perpétuo.
 - (B) permanecerá inalterada até que sobrevenha regular parcelamento do solo, em consonância com o plano diretor do Município.
 - (C) será extinta, mas permanecerá o dever de sua conservação pelo proprietário, a título de unidade de conservação urbana.
 - (D) será extinta, pois não existe reserva legal em imóvel definido como urbano pelo critério da localização.
 - (E) será extinta, cabendo ao proprietário convertê-la em reserva particular do patrimônio natural, por decisão própria.
93. No curso de procedimento de regularização fundiária de interesse social, o Município se depara com ocupação consolidada em área de preservação permanente. Nesta hipótese,
- (A) a regularização não poderá ser efetivada, devendo haver a remoção dos ocupantes e recomposição da área degradada.
 - (B) o procedimento deverá converter-se em regularização fundiária de interesse específico, permitindo-se a intervenção na área de preservação permanente.
 - (C) a regularização dependerá da comprovação, entre outros requisitos, da melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior.
 - (D) a intervenção na área de preservação permanente dependerá da compensação ambiental a ser efetuada em imóvel situado na mesma microbacia hidrográfica.
 - (E) a regularização poderá ser efetivada independentemente de manifestação técnica de cunho ambiental, haja vista a intervenção ser definida como de interesse social.
94. A propriedade urbana no Município de João Pessoa cumpre sua função social mediante o atendimento
- (A) simultâneo, segundo critérios definidos em lei, dos requisitos de aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores.
 - (B) simultâneo dos requisitos de aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores.
 - (C) alternativo, segundo graus e critérios definidos em lei, dos requisitos de uso em razão compatível com a capacidade da infraestrutura instalada e do suprimento dos serviços públicos, ou de aproveitamento e utilização integrados à preservação da qualidade do meio ambiente e do patrimônio cultural, compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e das propriedades vizinhas.
 - (D) simultâneo dos requisitos de preservação do meio ambiente e uso em razão compatível com as funções definidas pelo poder executivo estadual e municipal, desde que situados os imóveis em zonas adensáveis prioritárias ou em zonas de restrições adicionais.
 - (E) simultâneo dos requisitos de uso em razão compatível com a capacidade da infraestrutura instalada e do suprimento dos serviços públicos e de aproveitamento e utilização integrados à preservação da qualidade do meio ambiente e do patrimônio cultural, compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e das propriedades vizinhas.



95. Os títulos de legitimação de posse decorrentes de procedimento de regularização fundiária urbana de interesse social poderão ser convertidos em propriedade
- (A) a qualquer momento, mediante requerimento judicial, independentemente da área do lote ocupado.
- (B) após 5 (cinco) anos, no caso de imóveis com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), ou observados os prazos de usucapião, nos demais casos.
- (C) mediante requerimento dirigido ao registro de imóveis, nos casos de imóveis com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), e judicial nos demais casos.
- (D) tão logo seja registrado o projeto de demarcação urbanística, com participação dos titulares do domínio dos imóveis ali compreendidos e garantia de contraditório.
- (E) mediante requerimento dirigido ao registro de imóveis, independentemente de o possuidor já haver adquirido outro imóvel por usucapião urbana especial.
-
96. Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, a criação de um Parque Natural pelo Município, em sua zona rural, ensejará
- (A) a desapropriação dos imóveis compreendidos nos seus limites, vez que a propriedade privada é incompatível com esta modalidade de unidade de conservação.
- (B) a imposição de condições para o uso e exploração dos imóveis privados em seus limites e na zona de amortecimento, compatíveis com a implantação da unidade de conservação.
- (C) restrições apenas para os imóveis compreendidos nos seus limites, sem consequências para aqueles situados na zona de amortecimento.
- (D) a automática incorporação da área no perímetro urbano, com a sua consequente sujeição às regras de uso e ocupação do solo.
- (E) a transferência de sua administração ao Estado-membro, visto que o Município apenas poderá administrar unidades de conservação em áreas urbanas.
-
97. A supressão de vegetação primária do bioma Mata Atlântica, em empreendimentos imobiliários localizados em perímetro urbano instituído após a vigência da Lei nº 11.428/06, é
- (A) permitida em limite fixado pelo órgão ambiental.
- (B) permitida em até 70% (setenta por cento) do lote.
- (C) permitida em até 50% (cinquenta por cento) do lote.
- (D) permitida em até 30% (trinta por cento) do lote.
- (E) proibida.
-
98. As competências constitucionais materiais relacionadas ao licenciamento ambiental, assim entendido o procedimento destinado a licenciar atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, são consideradas
- (A) concorrentes, cabendo à União a expedição de normas gerais no plano legislativo e aos Estados e Municípios a expedição de normas específicas ou suplementares.
- (B) privativas da União, que poderá delegar aos Estados e Municípios o exercício do licenciamento ambiental.
- (C) comuns, cabendo à lei complementar disciplinar o exercício destas competências pelas três esferas da Federação.
- (D) exclusivas, cabendo a cada esfera da Federação exercer as atividades que lhes sejam atribuídas pela lei federal de caráter geral.
- (E) reservadas aos Estados, que poderão exercer a atividade de licenciamento sempre que não for vedado pela legislação federal.
-
99. A reincidência genérica na prática de infração administrativa ambiental
- (A) não tem qualquer influência na fixação da sanção da nova infração.
- (B) é circunstância agravante, passível de livre apreciação pelo órgão sancionador.
- (C) é circunstância agravante, ensejando a aplicação da sanção de multa em triplo.
- (D) é circunstância agravante, ensejando a aplicação da sanção de multa em dobro.
- (E) é circunstância agravante, ensejando a aplicação da sanção de multa em grau apreciado discricionariamente pelo órgão sancionador.
-
100. Considere as seguintes afirmações a respeito da outorga onerosa do direito de construir no Município de João Pessoa:
- I. É lícita a dação em pagamento de imóveis urbanos em compensação ao crédito de outorga onerosa, mediante avaliação prévia e obedecidas demais condições previstas em lei.
- II. As hipóteses nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente básico poderão ser instituídas por lei específica, independentemente de previsão no plano diretor.
- III. O imóvel oferecido ou a obra pública custeada pelo particular, em excesso ao valor da contrapartida calculada em espécie, poderão ser aproveitados no pagamento de outras outorgas onerosas.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I e II.